



A CONSCIÊNCIA NA VISÃO DE JOHN DEWEY

Caio César Cabral

Doutor pelo programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), SP – Brasil
caiock@gmail.com

Resumo: Neste artigo, é nossa intenção apresentar a concepção do filósofo pragmatista John Dewey acerca da consciência. Tomaremos como guia um de seus trabalhos mais conhecidos, *Experiência e Natureza* (1925), uma vez que é neste escrito que o ponto de vista do autor sobre o tema é exposto de forma minuciosa. Na visão deweyana, a consciência é o ponto de partida de uma ação transformadora, podendo ser definida a partir das condições psico-físicas do ser vivente; desse modo, ela não é uma faculdade misteriosa, radicalmente distinta da matéria ou desvinculada da natureza na qual o ser humano vive e age. Ao contrário, a consciência, para Dewey, está intimamente vinculada à realidade, às dificuldades práticas da vida, tendo, por isso, um papel adaptativo importante, uma função indispensável na satisfação das necessidades naturais do organismo vivente.

Palavras-chave: Atividade orgânica. Percepção. Significação. Consciência. John Dewey.

CONSCIENCE ACCORDING TO DEWEY

Abstract: *In this article, it is our intention to present the conception of pragmatist philosopher John Dewey about consciousness. We will take as a guide one of his best-known works, Experience and Nature (1925), because it is in this writing that the author's point of view on the subject is presented in details. In the deweyan view, consciousness is the starting point of a transformative action, and can be defined on the psycho-physical conditions of the living being; thus, it is not a mysterious faculty, radically different from matter or unrelated to nature in which human beings live and act. On the contrary, conscience, for Dewey, is closely linked to reality, to the practical difficulties of life, and therefore it has an important adaptive role, an indispensable function in meeting the natural needs of the living organism.*

Keywords: *Organic activity. Perception. Meaning. Consciousness. John Dewey.*

* * *

Introdução

Ao iniciar sua discussão filosófica sobre a consciência, Dewey afirma, no capítulo oitavo de *Experiência e Natureza* (1925), que esta palavra não costuma ter

uma significação fixa, e que não existe acordo acerca do que exatamente ela denota. Nosso filósofo, no entanto, identifica dois significados para a palavra consciência, dos quais se vale na exposição de sua teoria naturalista sobre o tema. Por um lado, a palavra assinala certas qualidades que são diretamente patentes, qualidades tais como os sentimentos sob o ponto de vista psicológico. Estas qualidades diretas, presentes também como literais fins ou encerramentos de processos naturais, constituem a consciência; e este é o caso onde quer que não haja significações, ou seja, prescindindo-se da existência e emprego dos signos e da comunicação. Por outro lado, a palavra denota as significações diretamente percebidas num determinado momento, ou seja, a percepção de objetos presentes, estando-se, contudo, alerta e atento quanto à sua importância com respeito aos acontecimentos presentes, passados e futuros. O ponto de partida da consciência está nas qualidades diretas; as significações estão fundadas em sentimentos relativos às atividades e receptividades orgânicas. As significações dependem da linguagem, e esta implica dois “eus” (ou dois seres humanos) envolvidos em uma empresa conjunta. Este mecanismo direto se funda na capacidade de fonação e de audição, formando-se, assim, a partir da conduta orgânica geral.

Dewey considera que, a princípio, enquanto se prescinde da linguagem, o que se tem é um amontoado de seleções e rejeições orgânicas, sem que sejam notadas muitas de suas qualidades, ou seja, sem que haja a respeito delas qualquer identificação objetiva. Tais disposições existem como sentimentos e têm influência forte na conduta, bem como eficácia indiscutível na ação; são elas, acrescenta o filósofo, a matéria de nossas “intuições”. Por seu turno, as significações que adquirimos com o uso da linguagem exercem profunda influência sobre estes sentimentos, e não só nos sentimentos como também nos atos que deles resultam.

I. Diferença entre mente e consciência

Convém já apontarmos a diferença que Dewey estabelece entre mente e consciência. Enquanto no nível psico-físico a consciência denota a totalidade das diferenças qualitativas diretamente percebidas ou os sentimentos, no plano da mente denota o termo as apreensões realizadas das significações, isto é, as ideias. A mente denota *o sistema inteiro das significações tais como estão incorporadas nas funções da vida orgânica*; já a consciência é, em um ser dotado de linguagem, *a assimilação de significações numa determinada ocasião*; é a percepção de acontecimentos reais ou factuais, passados, presentes e futuros, *em suas significações*; é o ter ideias a respeito. A estrutura da mente está implícita em todo ato ou estado consciente; o campo da mente (ou seja, do sistema de significações operantes) é muito maior que o da consciência. “A mente é [...] estrutural, substancial, um constante primeiro e último termo; a consciência perceptiva é um processo, uma série de aquis e agoras” (Dewey, 1958, p.303). Assim, a consciência, segundo o filósofo, é intermitente; recebe apenas ocasionalmente mensagens sem interrupção.

Dewey pretende demonstrar a relação que existe entre mente e consciência considerando, em primeiro lugar, que a mente, sendo um sistema de significações, pode estar sujeita a algum grau de desordem ou desequilíbrio; já a percepção direta de um fato, *enquanto percepção direta* – o que caracteriza a consciência – nunca pode ser considerada perturbada ou desordenada. Ela ocorre e é o que é. Considerar uma percepção como desarranjada só é possível quando se a compara

com outra, o que só se pode fazer indiretamente e sob condições específicas a serem levadas em conta. Certas condições emotivas, segundo Dewey, “não se *produzem* como emoções, definidas intrinsecamente como tais; produzem-se como qualidades ‘terciárias’ dos objetos” (Dewey, 1958, p. 304). Muitas vezes só se qualifica uma percepção como “emotiva” retrospectivamente, como quando aprendemos a associar o medo, por exemplo, a determinados casos de percepção.

A relação mente – consciência é, em seguida, ilustrada por Dewey com um fato familiar. Quando lemos um livro, somos diretamente conscientes das significações que se apresentam enquanto lemos; são elas as ideias. Mas se somos capazes de ter ideias à medida que lemos, isto se dá em virtude de um sistema organizado de significações, sem que possamos nos dar conta deste sistema em seu todo a cada momento. Nossa “mente” matemática ou política é, pois, o sistema dessas significações determinantes de nossas apreensões particulares ou ideias. Há um *continuum* entre este sistema geral e as significações, as quais são, então, as ideias que nos vêm no momento. “Há um campo de união entre estas últimas e aquelas significações que determinam a direção habitual de nossos pensamentos conscientes e constituem os órgãos com que os formamos” (Dewey, 1958, p. 305). Assistir a um espetáculo teatral é outro exemplo de que se vale Dewey para explicar a ocorrência de significações. Existe, pois, uma significação emotiva em cada cena de uma peça; esta significação, assim como a significação intelectual, depende da presença operante de um sistema de significações. Não precisamos recordar o que já foi dito e feito para entender o que se diz e se faz no ato presente, e isso devido à constante e envolvente presença do que já foi dito e feito;

o alcance das ‘coisas’ passadas está, pois, presente, no corte transversal momentâneo que chamamos ideia, de uma forma mais íntima, direta e ampla que a da recordação. Subsistem positiva e inteiramente mediante os novos incidentes que ocorrem; estes incidentes são, na medida de sua autêntica qualidade dramática, a realização das significações constituídas pelos acontecimentos passados; também dão a este sistema de significações um giro inesperado, originando uma significação em suspenso ou indeterminada, que induz ao estado de alerta, à expectativa [...]. Todo caso particular de consciência é dramático; a obra dramática é um fortalecimento das condições da consciência (Dewey, 1948, p. 252).

Nossa linguagem faz com que Dewey encontre certa dificuldade em definir a consciência direta, e é possível perceber que o filósofo em momento algum se preocupa em exigir da linguagem o que está fora de seu alcance. Em vez disso, devemos, segundo ele, reconhecer seus limites e nos contentarmos em apontar ou evocar *instâncias* de consciência. Assim, Dewey admite ser impossível definir a consciência,

não porque haja nela, ou por trás dela, algum mistério, senão pela mesma razão por que tampouco podemos dizer o que é o doce ou o vermelho no que ambos têm de direto: trata-se de algo tido, não comunicado nem conhecido. Mas as palavras, enquanto meios que dirigem a ação, podem evocar uma situação em que se tenha a coisa

em questão de uma forma particularmente luminosa. Parece-me que tudo o que se instala no centro mesmo do desenvolvimento de uma obra dramática traz a experiência da consciência exatamente desta forma. [...] Deve haver algum desenvolvimento, algum todo, uma série composta de episódios. Este todo congruente é como uma mente, que se estende por trás de um processo particular de consciência e que o condiciona [...]. Os episódios não significariam o que significam se fossem produzidos segundo um desenvolvimento distinto [...]. Ao mesmo tempo, e enquanto o desenvolvimento da peça não é finalizado, as significações dadas aos acontecimentos são de tal índole que evocam constantemente uma significação absolutamente não antecipada ou prevista: há expectativa, mas também surpresa, novidade. Na medida em que é possível uma previsão completa e segura, define o interesse pela peça, que deixa de ser um processo dramático a que se assiste, e que se dá na consciência (Dewey, 1948, p 252).

Considerações como estas permitem a Dewey uma definição formal da consciência em sua relação com a mente. Para o filósofo, a consciência, ou uma ideia que se tem, ocorre num momento em que está havendo uma modificação no sistema mais amplo de significações (ou na mente). Mais exatamente, a consciência é a significação dos acontecimentos em curso de transformação; sua “causa” está localizada dentro de uma história sucessiva. Assim, define-se a consciência como sendo a necessidade que se experimenta de dar precisão e plenitude ao que se mostra indeterminado.

II. A consciência e sua relação intrínseca com o redirecionamento da conduta

Dewey prossegue fornecendo uma demonstração empírica da proposição de que a consciência das significações denota uma mudança no âmbito destas (as quais, em última instância, são sempre significações de acontecimentos). A prova é proporcionada por fatos patentes como a atenção e o interesse, por um lado, e a função dos hábitos estabelecidos, por outro. Segundo Dewey, o familiar não se apresenta conscientemente, exceto em situação inesperada, onde o familiar se mostra sob nova luz, não mais sendo, portanto, completamente familiar. Nossos hábitos mais arraigados são justamente aqueles de que menos nos damos conta, mas quando operam numa situação nova, necessita-se de um reajuste. Dá-se a dissolução e a reforma de uma significação. A atenção está mais alerta e tensa quando, devido a situações insólitas experienciadas, há grande interesse por seu desenlace, a respeito do qual não se tem plena segurança. Somos, pois, tomados pelo interesse acerca do que está acontecendo e acerca do que está por vir. É neste momento que a consciência está presente. Dewey afirma não ser possível uma percepção consciente dos fatores que já estão implicados em todo acontecimento, o que significa que, enquanto podemos contar, com segurança, com os resultados implicados pelas condições presentes na situação, não há qualquer percepção mais intensa, e, portanto, qualquer atenção mais alerta.

O ápice da consciência, ou seu modo focal de maior intensidade, é identificado por Dewey como sendo o diretamente instável, o ponto de maior necessidade imediata. Este é o ponto de mudança de direção, de uma readaptação ou uma reorganização. Aqui, a influência de James é abertamente admitida por

nosso filósofo. James compara o curso da consciência com uma corrente, apesar de admitir seu caráter intermitente, reconhecendo nela ritmos crescentes e decrescentes. Para James, aquilo que se experimenta duas vezes ou que se revela idêntico é só um objeto, e não uma consciência concreta. Lembra Dewey também que, para James, os movimentos da consciência são uma série de fases transitivas, “pois as significações se condensam no foco da iminente mudança de direção tão só para desaparecerem, uma vez feita a reorganização, e reaparecerem em outro ponto de intensidade e debilidade” (Dewey, 1958, p. 312)¹.

Dewey confirma empiricamente este modo de se conceber a consciência assinalando o fato de que todo objeto percebido (ou de que temos consciência) é inerentemente instável. Mais precisamente, os caracteres dos objetos naturais e físicos são instáveis. Assim, as percepções muitas vezes sugerem mudanças de direção na conduta de adaptação. Qualquer adaptação anterior constitui um certo estado ou nível, e a percepção ou consciência no instante presente pode significar a iminente alteração de tal estado, assim como a necessidade de reajuste em outro nível. É fato que eventos naturais semelhantes podem ser percebidos de maneiras diferentes. Podem significar, por exemplo, calor num lugar e frio em outro, de acordo com a direção que toma a readaptação orgânica. Mesmo uma dor de dentes é algo instável para a consciência, pois pode mudar sua intensidade a qualquer momento (pode aumentar ou diminuir de repente), pode ainda desaparecer temporariamente e depois voltar, talvez com maior intensidade.

Dewey constata ainda que qualquer percepção é acompanhada de um instante de hesitação na ação a ser executada. Uma ação vista apenas como pronta ratificação das condições orgânico-ambientais já estabelecidas não estimula a produção de ideias. Somente quando a conduta se encontra dividida, ou seja, quando alguns de seus fatores respondem a tendências de ação imediata, enquanto outros respondem a objetos ausentes e remotos, é que a consciência ou percepção entra em cena realmente, buscando unificar a atividade orgânica e completar a significação do que já se tem à mão. Segundo Dewey, quanto mais pronta for uma resposta, menos conterà de consciência ou ideia. “A divisão acarreta a confusão mental, mas também representa, diante da necessidade de uma mudança de direção, uma possibilidade de observar, recordar, antecipar” (Dewey, 1958, p. 314). Aqui, o exemplo dado por Dewey é o do cientista que, ao realizar seus experimentos, não age simplesmente por agir, não trabalha mecanicamente. Ao contrário, o cientista está sempre sujeito a incertezas, a vacilações em seus procedimentos, e isso é justamente o que enriquece seu campo de percepção; é justamente aquilo que faz com que sua atividade torne-se melhor adaptada à situação problemática vivenciada.

A mudança de conduta, portanto, tem relação intrínseca com a apreensão de uma nova significação. Mas é preciso frisar que Dewey não concebe a consciência ou a percepção como uma entidade misteriosamente capaz de produzir a mudança. A percepção ou consciência é, literalmente, a modificação mesma sendo produzida. A desaprovação de algo, por exemplo, já introduz uma mudança na direção da

¹ Nos *Princípios de Psicologia* (1890), diz ainda James que toda “consciência realmente existente parece, pelo menos para si mesma, uma *lutadora por fins*, dos quais muitos, sem sua presença, não chegariam a ser fins. Suas capacidades de cognição estão submetidas principalmente a esses fins, pois distinguem quais os fatos que os auxiliam e quais os que não o fazem” (James, 1950, p. 141) A consciência, portanto, é capaz de selecionar o curso da ação, mostrando-se um instrumento adequado às necessidades de um organismo complexo.

atividade; dada esta mudança, surge uma mudança nas significações ou na percepção. “Não se trata de nenhuma questão de prioridade ou sucessão causal. A mudança intencional da direção dos acontecimentos é uma mudança que transforma a *significação* dos mesmos” (Dewey, 1958, p. 316).

Dewey vê ainda como falso o problema gerado pela discussão relativa à conexão entre a consciência e a ação efetiva, uma vez que, para o filósofo, os vínculos entre ambas estão em nossas próprias atitudes. Enquanto não se percebe isto, tem-se a impressão de que a consciência e a conduta são independentes uma da outra. Torna-se inclusive possível reivindicar uma justificativa empírica para isolar a consciência dos acontecimentos naturais. Uma vez isolada, há os que afirmam ser a consciência como que uma mera sombra das coisas; outros proclamam que é sua legítima criadora ou dona. Podem parecer, assim, empiricamente falsas teses como a de Dewey, segundo a qual a consciência é a significação que se reconhece às coisas quando submetidas a uma mudança intencional de direção por meio de uma atividade orgânica.

Nosso filósofo também discorda da convicção de que a percepção das coisas reais existentes no momento difere intrinsecamente de outras modalidades da consciência, como a emoção, o raciocinar, o imaginar ou o recordar. Para Dewey, toda forma de percepção é, em sua existência direta, exatamente a mesma classe de coisa, a saber, uma reforma das significações dos acontecimentos, o que implica ainda que a diferença entre a percepção de coisas presentes e reais e de coisas ausentes e irrealis é extrínseca e não intrínseca a uma consciência. É íntima a relação das significações com a consciência, mas Dewey não quer dizer com isso que o que a consciência percebe são apenas significações e não existências reais. Os objetos da consciência são precisamente *acontecimentos com significações*: comprar uma mesa, observar a via láctea, as estrelas, estudar épocas históricas e tudo o mais que, no discurso, é designado por meio dos nomes comuns, dos verbos, etc.

Os mesmos acontecimentos existenciais podem, ademais, ter um número muito grande de significações. Aqui, o exemplo dado por Dewey é o da existência identificada como “papel”. O papel tem uma significação precisa neste momento, pois é algo em que agora se está escrevendo, mas nele há uma variedade de outras significações implícitas; estas se tornam explícitas dependendo das interações que o envolvam e de suas consequências previstas. As possibilidades são muitas, assim como suas significações potenciais. O papel que tenho na mão pode significar algo feito para se obter um benefício, como uma propriedade em sentido jurídico, por exemplo, ou pode significar o meio pelo qual se transmite uma importante notícia a alguém. Mas todas as diferentes significações têm uma referência existencial comum.

Dewey também discute a questão da natureza epistemológica da percepção considerada fantasiosa. Aponta o filósofo que tal qualificação é algo adicional e não uma característica direta ou intrínseca. A percepção da significação de “centauro”, por exemplo, é um mero ato fantasioso não apenas porque depende de condições orgânicas internas; *qualquer* percepção depende de tais condições, a objetivamente válida como a inválida; para ambas são identificados fatores fisiológicos ou físicos. Assim, julgar uma percepção fantasiosa, no sentido de objetivamente inválida, depende de se levar em conta as consequências que ela produz. Dewey diz que somente o *uso* que se faz de uma percepção permite considerá-la cognoscitiva e não fantasiosa. Ainda considerando-se o caso das percepções de um cavalo e de

um centauro, explica Dewey que a afirmação de que a primeira é válida e a segunda é fruto da fantasia ou imaginação

não denota que haja dois modos de perceber intrinsecamente diferentes um do outro. [...] Denota algo que se refere às consequências, vale dizer, denota que a ação fundada nas respectivas significações trará a luz [...] tipos de consequências tão diferentes que devemos usar as duas significações de formas muito distintas. [...] Como as condições são diferentes nos dois casos, operam diferentemente, isto é, pertencem a diferentes histórias, e o conteúdo da história a que pertence uma coisa dada é justamente o conteúdo com que se ocupa o conhecimento (Dewey, 1958, p. 264).

E nosso filósofo acrescenta que “é devido ao fato de as condições que originam a percepção de um cavalo terem outras e diferentes consequências que a imagem [...] de um centauro, que é possível fazer uma distinção entre o valor cognoscitivo das duas ideias” (Dewey, 1948, p. 265). Por conseguinte, usar uma percepção significa tratá-la como um signo de condições que implicam consequências concretas até o momento não percebidas.

Para Dewey, os objetos da consciência, em sua forma de fantasia, são casos de significações percebidas ou ideias de acontecimentos exatamente como o são os objetos da consciência em sua forma de percepção sensorial; ocorre apenas que os primeiros “*tão só* não são tão bons objetos com vistas à direção da conduta ulterior, incluindo a conduta cognoscitiva” (Dewey, 1958, p. 342). Dewey considera qualquer consciência considerada fantasiosa, assim como a influência que os desejos de que não nos damos conta têm sobre nossas crenças, fatos cruciais para toda e qualquer teoria da consciência. Estes fatos apoiam a hipótese de Dewey de que toda consciência é, em si, percepção de significações, mas também parecem, à primeira vista, contradizer a suposição de que as significações percebidas são significações de acontecimentos naturais. De fato, parecem apoiar a ideia de que a consciência está desconectada dos acontecimentos físicos, e que qualquer conexão válida estabelecida entre ambos é algo adventício, na conduta prática como em relação ao conhecimento. Mas, para Dewey,

a maneira de ver segundo a qual há uma completa separação, ou nenhuma conexão da consciência existencial com as coisas físicas não pode manter-se, em vista do que se sabe de suas conexões específicas com as condições orgânicas e da íntima e ininterrupta conexão dos acontecimentos orgânicos com os extra-orgânicos (Dewey, 1958, p. 343).

Admitindo-se tal conexão das significações com as integrações orgânico-ambientais (incluindo as do trato social), não há nada de surpreendente em se identificar, assim, a consciência com o sonho e com o desejo. Tal fato indica tão só que a consciência não se encontra situada fora do curso da natureza; que, ao contrário, participa de suas mudanças. Dewey aponta duas alternativas às quais uma teoria que defendesse uma tal separação teria de ajustar-se. Quanto à primeira, seria a consciência simples expectadora, registrando todos os fatos com

imparcialidade. Tal consciência veria e reproduziria o mundo exatamente como se ela mesma tivesse a capacidade de produzir milagrosamente tudo o que vê e de reproduzir tudo o que vem a conhecer. Quanto à segunda, toda consciência simplesmente atuaria como algo alheio ao mundo exterior. Mas Dewey baseia-se em fatos, e estes, segundo o filósofo, não concordam com qualquer uma das suposições anteriores. Sonhamos, mas o material de nossa vida de sonhos é do mesmo tipo do de nossa vida de vigília. O sonho não está separado dos objetos da ação voluntária e da crença; seus objetos são os próprios objetos do interesse diário, “submetidos a uma estranha perspectiva e alterados em favor de uma tendência” (Dewey, 1958, p. 345). Fatos empíricos como estes, ou o fato de que o mundo da fantasia é nada mais que o mundo da vida ordinária tal como gostaríamos que este fosse, são fatais, afirma Dewey, para qualquer teoria que afirme a perfeita indiferença da consciência com respeito às coisas do mundo real. Admite o filósofo que a indiferença existe, mas é relativa. De fato, uma certa ideia ou emoção que julgamos indiferente não o é enquanto tal, mas o é por ser uma versão da significação dos acontecimentos que, caso fosse idealizada de outro modo, não seria indiferente do ponto de vista das ações efetivas no mundo ao qual pertencemos.

Ademais, algumas adaptações orgânico-ambientais correntes envolvem técnicas específicas, as quais proporcionam possibilidades de realização efetiva a certos casos apenas imaginados ou fantasiados. Dewey explica que, se um conjunto cada vez mais amplo de ideias torna-se suscetível de análise objetiva, tem-se a possibilidade de este conjunto adquirir validade objetiva. Esta técnica, segundo Dewey, tem seu segredo na maneira pela qual o organismo participa da marcha dos acontecimentos. No caso de necessidades simples, ocorrem ações também simples, ou instintivas. Bastam, para elas, as estruturas orgânicas existentes. Neste nível, têm lugar modificações orgânicas que logo se tornam hábitos eficientes de conduta. Mas quando se acha o organismo diante de situações mais complexas, em que estão envolvidos grande variedade de fatores e consequências de vasto alcance, então a ação orgânica não se dá com tanta facilidade. “A participação eficiente depende aqui de servir-se de condições extra-orgânicas que complementem os agentes estruturais, ou seja, de instrumentos e de outras pessoas por meio da linguagem oral e escrita” (Dewey, 1958, p. 347). A base sólida para tal, para além das ideias mais simples que guiam a ação, é o conjunto dos aparatos e artes acumulados pela comunidade, e não algo misterioso que se encontre na consciência mesma ou no interior do organismo. É desta forma que surgem os meios de se realizar uma situação até então apenas idealizada.

III. Uma breve discussão epistemológica acerca da consciência

Dewey ainda comenta que a posição epistemológica que defende um suposto contato direto do sujeito com o objeto do conhecimento, sem levar em conta os instrumentos indispensáveis para afastar as crenças espontâneas e desenvolver outras mais aplicáveis, é nada menos que artificiosa. Aqui, a visão instrumentalista de Dewey acerca do conhecimento uma vez mais se revela, já que, para ele, lentes, medições, cálculos, etc., têm mais a ver com o conhecimento válido do que apenas a consciência, uma vez que capacitam o organismo a obrar com algo mais além de si próprio na produção de consequências práticas. São estes os recursos objetivos com que se reponde de maneira eficaz e adaptativa aos desafios do ambiente. Dewey se demora nestas considerações porque, segundo ele,

muitas das ideias tradicionais acerca da vida, da alma, do espírito, da consciência e do próprio cosmos, inclusive ideias filosóficas, são apenas versões mitigadas deste animismo espontâneo e com frequência atraente, ainda que fantástico, de quando os homens careciam de instrumentalidades com as quais dirigir sua participação ativa na natureza (Dewey, 1958, p. 348).

Dewey salienta que os filósofos muitas vezes têm insistido na certeza daquilo que é imediatamente “dado” na percepção; têm buscado dados existenciais diretos indubitáveis com os quais reforçar suas teorias. Dewey, porém, entende que

o diretamente dado é sempre o duvidoso; é sempre uma matéria destinada a que acontecimentos ulteriores lhe determinem ou lhe assinalem certa característica. É um grito que clama por algo não dado, um requerimento dirigido à fortuna, que ora assume o tom de uma súplica patética ora o de uma imposição de uma ordem (Dewey, 1958, p. 349).

E acrescenta Dewey que se a natureza assumisse esse aspecto teleológico e fechado em si mesmo, defendido por tantos filósofos, jamais teríamos a percepção das significações, vale dizer, a chama viva da consciência. A percepção de uma significação, ou seja, a consciência mesma, está sempre, segundo Dewey, relacionada com um ponto de esforço, uma incerteza, uma necessidade de ajuste ou regulação. Na visão deweyana,

a união do passado e do futuro com o presente, evidente em toda percepção de significações, só é um mistério quando se separa gratuitamente a consciência da natureza e quando se nega à natureza a qualidade de temporal e histórica. Quando, porém, se une a consciência à natureza, todo mistério se torna uma luminosa revelação da ativa interpenetração, na natureza, do que é executado e do que é finalizado (Dewey, 1958, p. 353).

Conclusão:

Podemos finalizar este estudo afirmando que, para Dewey, quando não existe um problema, uma indecisão, uma situação problemática em marcha, ou seja, inacabada na natureza, não podem dar-se acontecimentos tais como as percepções. Nosso autor entende que o ponto de máxima atenção é o ponto de máximo esforço e de potencialidade indeterminada. Este ponto é vívido, mas não claro; expressa o que está por acontecer, mas que não se encontra definido até que a ação o realize e o faça deixar de ser o foco imediato da consciência. Como realça Hildebrand, “se a mente é o ‘estoque’ de significados disponíveis, então a consciência é a compreensão e reconstrução desses significados para que a experiência possa ser redirecionada, readaptada e reorganizada” (Hildebrand, 2008, p. 34). A tese de Dewey, portanto, é a de que a consciência é a significação que os objetos possuem quando submetidos a uma mudança intencional de disposição ou organização por

meio da atividade orgânica. Assim entendida, a consciência é um instrumento natural indispensável para o ato de definir situações indeterminadas, sendo este último procedimento nada menos que a própria investigação efetiva, e também a abertura do caminho para a aquisição humana do conhecimento.

* * *

Referências:

DEWEY, J. **La Experiencia y la Naturaleza**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1948.

DEWEY, J. **Reconstruction in Philosophy**. Mentor Book, The New American Library, 1950.

DEWEY, J. **Logica**: Teoría de la Investigación. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1950.

DEWEY, J. **Experience and Nature**. New York: Dover Publications, 1958.

DEWEY, J. **Logic**: The Theory of Inquiry. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

DEWEY, J. **Textos Seleccionados**. Col. Os Pensadores, v. 40. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HILDEBRAND, D. L. **Dewey**: A Beginner's Guide. Oxford: Oneworld Publications, 2008.

JAMES, W. **Principles of Psychology**. V. 1. New York: Dover Publications, 1950.

JAMES, W. **Textos Seleccionados**. Col. Os Pensadores, v. 40. São Paulo: Abril Cultural, 1974.